

Quase metade da população acha que vacina contra a Covid não deve ser obrigatória

Uma nova pesquisa de opinião trouxe à tona a visão negacionista ou de desinformação de uma parcela expressiva da população brasileira em relação à Covid-19: 46,8% acham que a vacina não deve ser obrigatória, o que contraria estudos epidemiológicos e de eficácia da vacinação em massa para combater a propagação e mutação do vírus. O levantamento mostra também que 30,4% ainda consideram a vacina experimental e que 35% acreditam na eficácia da cloroquina (hidroxicloroquina) — medicamento comprovadamente ineficaz contra a doença.

A pesquisa foi feita pelo Sou_Ciência, grupo de pesquisa multidisciplinar vinculado à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em parceria com o Instituto de Pesquisa Ideia BigData, no dia 9 de novembro. Foram ouvidos 1.200 entrevistados, entre homens e mulheres residentes em todas as regiões do Brasil, com idade igual ou superior a 16 anos, de diferentes escolaridades, raça/cor, renda e classe social. O grau de confiança da pesquisa é de 95% e a margem de erro é de 2.85%, para mais ou para menos.

“Em um levantamento de outubro de 2021, havíamos detectado uma ampla adesão da população às vacinas contra a Covid-19, com 95% da população se posicionando a favor. Isso se concretizou durante o ano de 2021 e parte de 2022, quando a maior parte da população completou o esquema vacinal básico [sem as doses de reforço]. Agora a sociedade encontra-se dividida sobre a responsabilidade coletiva no processo de imunização e sobre a eficácia da vacina”, afirma a coordenadora geral do Sou_Ciência Soraya Smaili.

“Esses dados são bastante preocupantes, pois mostram um avanço da desinformação, muito relacionada ao comportamento dos governantes e à falta de uma política de Estado para a vacinação. Tudo isso contribui para uma falsa impressão de que a pandemia acabou e que não temos mais que nos preocupar”, acrescenta Smaili. Professora e pesquisadora do Departamento de Farmacologia da Escola Paulista de Medicina da Unifesp, Smaili foi reitora da Unifesp no período de 2013-2021. Recentemente, a Unifesp recebeu o CAPES Elsevier como a universidade que mais contribuiu para as pesquisas sobre a Covid-19.

Adesão ao negacionismo – Na pesquisa, foram apresentadas três frases (ditas por Jair Bolsonaro ou por pessoas próximas ao núcleo do governo anterior) sobre as quais os entrevistados deveriam concordar ou discordar: a vacina contra a Covid-

19 não deve ser obrigatória, a escolha é individual; as vacinas contra a Covid-19 não estão comprovadas cientificamente; e a cloroquina e o kit Covid permitiram o tratamento precoce. Por último, foi perguntado o estado de ânimo em relação ao governo de Luiz Inacio Lula da Silva.

“Ao cruzarmos os dados, constatamos que as respostas com posições mais negacionistas eram de pessoas que se declararam pessimistas com o novo governo — uma indicação de que essa parcela da população aderiu ao discurso negacionista do governo Bolsonaro”, afirma Smaili. “Por exemplo, entre os que concordaram com a não obrigatoriedade da vacinação [46,8%], 62,6% estavam pessimistas com o governo Lula.”

Causas do retrocesso – Não só o discurso e as ações negacionistas do governo anterior explicam este retrocesso, que é espelhado pela queda na vacinação. Enquanto 85% e 80,39% da população tomaram, respectivamente, a primeira e segunda dose, a adesão à dose de reforço foi de 50,12% (dados de 9/janeiro). “Passado o período crítico de 2021 e com a proximidade das eleições em 2022, o governo federal passou a tratar a Covid-19 como uma endemia; os Estados afrouxaram a exigência do uso de máscaras; e a queda rápida do número de mortes, aliada a um menor número de casos graves com as novas variantes em pessoas saudáveis, fez com que a população voltasse à convivência social sem restrições ou cuidados, acreditando que a pandemia estava sob controle”, ressalta ela.

“Mas o que ocorre é exatamente o contrário, pois o que vemos atualmente é uma enxurrada de subvariantes e um controle da transmissão cada vez mais distante”, continua. “O maior problema é que pouco mais da metade da população está vacinada com a dose de reforço, que contribui para proteção contra as novas variantes”, aponta.

Desafios do novo governo – Na avaliação de Smaili, o próximo governo terá que atuar em várias frentes para reverter o avanço da pandemia. Além de resgatar o trabalho de controle epidemiológico e tomar pé da quantidade de vacinas disponíveis, será preciso reconstruir o Programa Nacional de Imunizações, retomar a testagem em massa, investir em tratamentos antivirais (muito caros atualmente) e na compra de vacinas bivalentes, que propiciam proteção contra a Ômicron e suas variantes. Além disso, é fundamental que o governo brasileiro aumente os investimentos em ciência e no desenvolvimento de novos fármacos, vacinas e nos tratamentos.

“Uma grande campanha de conscientização, aliada às medidas de apoio à ciência e à divulgação científica, orquestrada com gestores municipais e estaduais, será vital para conscientizar e fazer com que a população volte a se vacinar”, ressalta. “O Brasil sabe como fazer isso. Temos um dos maiores e melhores programas de vacinação do mundo. O que falta é uma política de estado séria, capaz de conter a propagação do vírus e colocar o número de casos da doença e de mortes em níveis aceitáveis, a exemplo do que vários outros países conseguiram”, finaliza.

Destaque das principais conclusões da pesquisa:

A vacina contra a Covid-19 não deve ser obrigatória, a escolha é individual

Entre os entrevistados, 46,8% defendem que a vacina não deve ser obrigatória, considerando ser uma escolha individual, contra 45,9% que compreendem que a efetividade da vacina depende da imunização coletiva. Mais ricos (acima de 6 salários-mínimo), com 54,3%; os evangélicos, com 53,1%; e os “pessimistas” com o governo Lula, com 62,6%, são os que mais defendem a liberdade de escolha. Entre as pessoas “otimistas” em relação ao novo governo federal, apenas 21% se declararam contra a obrigatoriedade.

Vacinas contra a Covid-19 não estão comprovadas cientificamente

30,4% das pessoas entrevistadas afirmaram que as vacinas “não foram comprovadas cientificamente”. A parcela mais descrente na eficácia da vacina é composta por mais ricos (33,2 %), evangélicos (35,3%) e pessimistas com o governo Lula (37%). Entre os segmentos que reconhecem a comprovação científica — portanto, com maior propensão a acreditar na ciência — encontram-se os de nível superior (60,2%), as pessoas negras (57,8%) e, especialmente, quem se declarou otimista em relação ao novo governo (70,8%).

A cloroquina e o kit Covid permitiram o tratamento precoce

35,3% acreditam que o chamado “kit Covid” proporcionou o tratamento precoce contra o vírus. Esse percentual se acentua na região Centro Oeste (45,2%) e entre pessoas evangélicas (38,9%). Entre aqueles que discordam dessa afirmação, destacam-se pessoas com ensino superior (52,7%) e que se declararam otimistas em relação ao futuro governo (73,3%).

Os dados completos podem ser acessados aqui.

<https://medicinas.com.br/vacina-nao-obrigatoria/>

Veículo: Online -> Site -> Site Medicina S/A